

O SENADOR E O BISPO: MARCELO CRIVELLA E SEU DILEMA SHAKESPEARIANO¹

*THE SENATOR AND THE BISHOP:
MARCELO CRIVELLA AND HIS SHAKESPERIAN DILEMMA*

Ricardo Mariano^()
Rômulo Estevan Schembida de Oliveira^(**)*

RESUMO

Baseado em extensa pesquisa empírica de fontes documentais, o artigo trata da curta trajetória política de Marcelo Crivella, senador do PRB e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, e de suas aflições e dificuldades eleitorais para tentar dissociar suas posições e atuações como líder neopentecostal e senador, visando diminuir o preconceito, a discriminação e o estigma religiosos dos quais se julga vítima e, especialmente, a forte rejeição eleitoral a suas candidaturas. Discorre sobre os vigorosos e eficientes ataques que ele sofreu durante suas campanhas eleitorais ao Senado em 2002, à prefeitura carioca em 2004, ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2006 e novamente à prefeitura em 2008, desferidos por adversários políticos e pelas mídias impressa e eletrônica.

PALAVRAS-CHAVE: Marcelo Crivella. Evangélicos. Política. Senado. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Based on extensive empirical research of documentary sources, the paper discusses the short political career of Marcelo Crivella, Senator of PRB and licensee Bishop of the Universal Church of the Kingdom of God, as well as his afflictions and electoral difficulties to try to decouple their positions and actions as a leader Pentecostal and senator, seeking to reduce prejudice, discrimination and religious stigma which he is believe to be the victim and, especially, the strong rejection to their candidatures. This paper discusses the vigorous and effective attacks that he suffered during his campaign for the Senate in 2002, for mayor of the city of Rio de Janeiro in 2004, for the state government of Rio de Janeiro in 2006 and again for mayor in 2008, brandished by political opponents and the print media and electronics.

KEYWORDS: Marcelo Crivella. Evangelicals. Politics. Senate. Rio de Janeiro.

(*) Doutor em sociologia pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. E-mail: rmariano1@uol.com.br

(**) Estudante de graduação em Ciências Sociais da PUCRS e bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: romuloschembida@hotmail.com

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “A atuação política dos evangélicos no Brasil: Um balanço bibliográfico”, financiado pelo CNPq.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória política de Marcelo Crivella (PRB/RJ), senador pelo Rio de Janeiro e bispo licenciado Igreja Universal do Reino de Deus, enfocando suas candidaturas ao Senado, à prefeitura e ao governo do Estado do Rio de Janeiro entre 2002 e 2008. Não se detém em sua atuação parlamentar como senador; prioriza a investigação da radical oposição que ele enfrentou nos respectivos pleitos eleitorais, especialmente em sua candidatura para a prefeitura carioca em 2008. Analisa suas estratégias eleitorais e sua reação à ferrenha oposição política e midiática a suas candidaturas, baseadas, principalmente, na malsucedida tentativa de dissociar suas posições e atuações como líder neopentecostal e senador, visando com isso diminuir o preconceito, a discriminação e o estigma religiosos dos quais se julga vítima e, especialmente, a forte rejeição eleitoral a suas candidaturas. Mostra que tal oposição se refere, em grande medida, à sua confissão e liderança religiosa e a seu vínculo, inclusive de parentesco, com o líder supremo da Igreja Universal, Edir Macedo. Destaca as acusações de que Crivella instrumentaliza eleitoralmente sua religião e promove a ocupação religiosa da esfera pública, práticas tidas como nefastas para a vida política e para o Estado, entre outros motivos, porque violam o princípio da laicidade estatal. Por fim, analisa sua malsucedida tentativa de separar o religioso do político e aponta os limites eleitorais de suas candidaturas a cargos majoritários do Executivo no Rio de Janeiro.

Este trabalho baseia-se numa extensa pesquisa empírica efetuada mediante a coleta e análise de fontes documentais: material escrito de jornais, revistas e diversos sites da Internet, entre eles os do Senado Federal, de órgãos de imprensa, de partidos políticos, de blogs, de grupos religiosos e de políticos e grupos laicos adversários e aliados de Crivella.

Sobrinho do líder da Igreja Universal, Crivella ganhou de vez os holofotes da mídia carioca com sua candidatura ao Senado Federal em 2002. Neófito na política, até então sua única disputa eleitoral havia sido para a presidência do diretório acadêmico do curso de engenharia. Seu marketing de estreia na política partidária procurou exibi-lo, estrategicamente, como um candidato jovem, pai de família, graduado em engenharia civil, bilíngüe e morador da zona-sul do Rio de Janeiro. Por isso, foi visto e citado como um representante de “uma segunda geração da Universal, mais moderna, mais estudada”, nos termos da antropóloga

Regina Novaes². Por certo, seu perfil difere do estereótipo tradicional do crente pentecostal: morador da periferia, com baixa renda e escolaridade. Nem por isso sua liderança religiosa e sua atuação política conseguiram construir uma ponte com o eleitorado de classe média, como veremos.

A trajetória política de Crivella deriva diretamente de sua trajetória religiosa. Haja vista que o Projeto Nordeste, propagandeado como “o primeiro kibutz brasileiro implantado com a supervisão de técnicos israelenses” e realizado como um *mix* de empreendimento social e religioso, constituiu a principal bandeira eleitoral de sua campanha para o Senado Federal em 2002³. Composto pela Fazenda Nova Canaã, na cidade de Irecê, Bahia, e abrigando quase 100 famílias, o Projeto Nordeste, segundo informe do senador, é sustentado por meio do repasse integral dos recursos da venda de seus CDs. Em virtude da associação imediata entre suas trajetórias religiosa e política, discorrerei, sucintamente, sobre o percurso religioso de Crivella.

Seu “sonho de pregar o Evangelho” teve início aos sete anos após começar a frequentar um templo metodista, levado por uma vizinha, segundo o portal do Senado e matéria da revista *Veja*, de 3 de novembro de 1999. Posteriormente, mudou-se para a Igreja de Nova Vida, denominação na qual Edir Macedo converteu-se. Antes de se formar em engenharia civil, pregou em praça pública com o tio, que o convidou, em 1985, a projetar as edificações da Igreja Universal e, em 1986, a tornar-se pastor. Em 1991, estreou como compositor e cantor gospel. Ao longo da carreira musical, lançou 10 CDs e vendeu mais de 5 milhões de discos.⁴ Em 1992, viajou para a África do Sul, país onde viveu como missionário por sete anos e, a partir do qual, implantou, liderou e expandiu a denominação pelo continente africano. Nesse meio tempo, em 1994, tornou-se bispo. Em 1999, retornou ao Brasil e deu início ao Projeto Nordeste. Numa fazenda com área de 500 hectares no semi-árido da Bahia, criou escola, creche, posto de saúde, farmácia e padaria e implantou um sofisticado sistema de irrigação do solo⁵. No mesmo ano, para arrecadar recursos, alimentos e roupas para o Projeto e financiá-lo, liderou a “Caminhada da Solidariedade” e lançou o CD *Mensageiro da Solidariedade*, que vendeu 1,3 milhões de cópias.

² *Veja*, 25 de setembro de 2002.

³ <http://www.senado.gov.br/web/senador/marcelocrivella/dadospessoais.htm>. Acessado em 20 de março de 2009.

⁴ <http://marcelocrivella.com.br/site/?p=5>. Acessado em 15 de junho de 2009.

⁵ <http://www.igrejauniversal.org.br/obras-projnordeste.jsp>. Acessado em 16 de junho de 2009.

Para caracterizar seu perfil de um cristão dedicado “à igreja e à família”, seu site apresenta-o como “homem de uma mulher só”, “pai dedicado, marido apaixonado e vovô-coruja assumido”, “compositor, cantor e escritor” gospel, cuja atuação no Congresso Nacional é pautada pelo binômio: “justiça para o Rio e redistribuição da renda nacional”⁶.

Foi como cantor gospel de sucesso, como engenheiro, como pai de família, como protagonista de um projeto social e religioso no Nordeste e como um jovem político disposto a combater a miséria e os problemas sociais que Crivella, estrategicamente, delineou seu marketing eleitoral para lançar-se na arena política e disputar uma vaga no Senado pelo Rio de Janeiro. Sem passado político e desprovido inicialmente de bases eleitorais extrarreligiosas, contou com o auxílio do império midiático e da poderosa estrutura denominacional da Igreja Universal para auxiliá-lo a anunciar suas realizações sociais na Fazenda Canaã, a construir sua imagem de profissional competente e a angariar milhões de votos.

INGRESSO NA POLÍTICA: A ELEIÇÃO PARA O SENADO FEDERAL EM 2002

O ingresso de Crivella na arena partidária deu-se no rastro do ativismo político pentecostal iniciado na Constituinte de 1988. Ao lado da Assembléia de Deus, a Igreja Universal assumiu o protagonismo político dos evangélicos no Congresso Nacional nos anos 90, onde elegeu um deputado federal em 1986, três em 1990, seis em 1994, 14 em 1998 e 16 em 2002, além de um senador. Tal ascensão meteórica sofreu um acidente de percurso nas eleições de 2006, quando 14 parlamentares da igreja foram denunciados pela CPMI de envolvimento no escândalo das sanguessugas. Resultado: a Universal elegeu apenas sete deputados federais em 2006. Um baque momentâneo no projeto dos dirigentes da denominação de ampliar seu poder político no Congresso Nacional e sua influência na esfera pública.

Em 2002, Crivella concorreu como candidato ao Senado pelo Partido Liberal, ocupando vaga cobrada pelo Bispo Rodrigues, então líder do diretório regional do PL, como contrapartida para a realização da coligação de seu partido com o PT. A aliança partidária foi firmada, mas sofreu forte resistência petista dentro e fora do Rio de Janeiro. Hélio Bicudo, católico e fundador do

⁶ http://marcelocrivella.com.br/site/?page_id=3. Acessado em dezembro de 2009.

PT, por exemplo, criticou a referida coligação eleitoral e questionou a qualificação dos novos aliados: “Para chegar ao céu, o PT precisa do diabo?”⁷. Aproveitando o ensejo, em vez de apoiar Lula no primeiro turno, o Partido Liberal e Crivella optaram por apoiar as candidaturas de Anthony Garotinho à presidência da República e de Rosinha Matheus para o governo do Estado, com os quais mantinham aliança e afinidade religiosa. Somente no segundo turno, o PL e a Igreja Universal concederam apoio ao petista, quando Crivella garantiu que iria “transferir para Lula 100% dos seus votos”⁸. Sua aliança pessoal e partidária com o governo Lula prosseguiu nas eleições seguintes.

Explorando ao máximo os dividendos eleitorais de seu trabalho assistencialista no Projeto Nordeste, Crivella adotou o *slogan* “se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”. Para tentar ampliar seu eleitorado para além das fronteiras evangélicas, omitiu sua identidade religiosa na campanha eleitoral em rádio e tevê. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação e os pastores da Universal fizeram ampla propaganda eleitoral do sobrinho de Edir Macedo para seu rebanho religioso. A *Folha Universal* de 15 de setembro de 2002, por exemplo, publicou o artigo *O poder da fé conquista o Brasil*, elogiando os méritos religiosos, profissionais e benemerentes de Crivella: “Formou-se em engenharia civil com o ideal de construir igrejas e realizar o sonho de levar a Palavra do Senhor aos povos dos quatro cantos da Terra [...] O bispo é um profundo conhecedor das mazelas do Brasil e foi o criador do bem-sucedido Projeto Nordeste, que tem como objetivo erradicar a miséria no sertão”⁹.

Tendo como 1º Suplente Eraldo Macedo (irmão de Edir Macedo) e como 2º Suplente bispo Natal Wellington Rodrigues Furucho, autor do livro *Como ser um dizimista fiel*, Crivella foi eleito senador pelo Partido Liberal (PL) com 3,2 milhões de votos (21,6% dos votos válidos), derrotando políticos importantes e conhecidos do eleitor fluminense, como o ex-governador Leonel Brizola (PDT) e o experiente senador Artur da Távola. Foi superado somente por Sérgio Cabral Filho, que obteve 4,2 milhões de votos.

Pode-se pressupor que o fato de o Rio de Janeiro ser o berço da Igreja Universal, ocupar o quarto lugar no *ranking* de estados com a maior proporção de evangélicos na população e o primeiro lugar com a menor proporção

⁷ *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 2002.

⁸ <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT416118-2011,00.html>. Acessado em 17 de junho de 2009.

⁹ *Folha Universal*, 22 de setembro de 2002.

de católicos do país favoreceu a candidatura de Crivella. Da mesma forma, as vitórias eleitorais de Anthony Garotinho e Rosinha Matheus ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 1998 e 2002, respectivamente, demonstram certa abertura do eleitorado carioca à candidatura de evangélicos.

Apesar disso, em 2002 Crivella enfrentou severa oposição à sua candidatura por motivos religiosos, oposição que, de diferentes formas, foi revivida, às vezes ainda mais recrudescida, nas eleições de 2004, 2006 e 2008. Seu vínculo com a polêmica Igreja Universal como bispo licenciado, seu parentesco com Edir Macedo, fundador e líder da denominação, e o fato de seus dois suplentes serem ambos da igreja foram atacados ferrenhamente por candidatos rivais no horário eleitoral e pela imprensa local. Seus oponentes questionaram a legitimidade de sua candidatura e desqualificaram-no para o posto de senador, acusando-o, entre outras coisas, de misturar religião com política e de explorar a fé dos pobres. Os ataques partiram principalmente dos candidatos Carlos Luppi (PDT), Artur da Távola (PSDB) e Leonel Brizola (PDT), segundo análise de Maria das Dores Machado (2004).

Décimo colocado na eleição para o Senado e atual ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), em 2 de setembro de 2002, atacou Crivella no programa eleitoral, associando-o negativamente com Edir Macedo, com a Universal, com o “chute na santa” e com a exploração financeira dos fiéis:

Você tem o direito de saber quem é esse Marcelo Crivella; que anda enchendo as ruas de propaganda... Ele é sobrinho do Bispo Edir Macedo, aquele da Igreja Universal, da qual também é um dos chefes. E tem como suplente Eraldo Macedo, irmão do Bispo Edir Macedo. Crivella ficou conhecido por um programa diário na TV da Igreja Universal. A mesma TV onde, alguns anos atrás, um colega dele chocou o Brasil chutando a imagem de Nossa Senhora. Crivella também escreveu um livro, ‘Os 501 pensamentos do Bispo Edir Macedo’, o tio dele, que aparece em fitas de vídeos divulgadas pelos telejornais ensinando aos pastores como arrecadar mais dinheiro dos fiéis (MACHADO, 2004, p. 38).

Tal como Lupi, Leonel Brizola, o outro candidato ao Senado pelo PDT, veiculou em seu programa eleitoral de 16 de setembro cenas de um polêmico vídeo em que Edir Macedo, após um jogo de futebol com pastores e bispos, aparecia contando dinheiro e ensinando-os a tornarem-se mais eficientes na arrecadação de recursos dos fiéis.

Candidato à reeleição pelo PSDB, Artur da Távola, no programa eleitoral de 11 de setembro, desferiu os ataques mais agressivos contra Crivella e a Igreja Universal: criticou o “uso da religião como partido político”, atacou o

“projeto de poder de uma seita expansionista”, acusou “essa gente que prega o ódio religioso em seus templos, usa crentes como militantes, gasta fortunas nas eleições para eleger sua bancada separatista” e “discrimina outras religiões”, alertou para o perigo do “fundamentalismo retrógrado, mas milionário” e exortou: “Povo do Rio, cuidado; fiéis de todas as religiões, cuidado”. Afirmando estar cumprindo seu “dever”, “como cidadão e como cristão”, de alertar o eleitorado carioca, questionou: “É uma seita ou uma empresa privada? É uma igreja ou um partido político?” (MACHADO, 2004, p. 39). Tais ataques eram apenas uma pequena amostra do que estava por vir.

2004: A PRIMEIRA CANDIDATURA DE CRIVELLA À PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Nas eleições de 2004, Crivella enfrentou novos problemas e novos oponentes, entre eles a Justiça Eleitoral, o Ministério Público e a Receita Federal. Sofreu também a velha oposição do jornal *O Globo* e foi atacado pela CNBB. Assistiu à estreia do primeiro blog contra sua candidatura, o “crivellanão”, cujo mote principal era e é “Ninguém merece o Bispo”. Além de colecionar adversários, viu romper-se, a contragosto, sua aliança política com o casal Garotinho. Por conta dos percalços e acusações sofridos, Crivella colocou-se, desde o início da campanha de 2004, na posição de vítima de preconceito e discriminação religiosa, dos quais reclamou insistentemente, especialmente dos ataques desferidos contra ele pelo jornal *O Globo*. Em resposta, partiu para o ataque contra *O Globo*, inclusive em seu programa eleitoral gratuito¹⁰.

O fato é que a campanha de 2004 à prefeitura carioca conteve novos episódios de confronto entre Universal/Rede Record e Organizações Globo, cuja ferrenha rivalidade econômica e política se arrasta desde o finalzinho dos anos 80. Mas desta vez teve como alvo o candidato Crivella. O bispo não tinha nem tem como se desvencilhar e nem muito menos deixar de sofrer as consequências dessa disputa, em geral deletérias para suas ambiciosas pretensões políticas. Afinal de contas, não é fácil para um candidato freqüente a cargos majoritários de um dos principais municípios e estados do país ter de enfrentar a cada dois anos a pesada artilharia de sua maior empresa de comunicação, provavelmente recalibrada com chumbo mais grosso nos períodos eleitorais para provocar maiores estragos nos adversários. Tal enfrentamento é danoso

¹⁰ *O Globo*, 24 de agosto de 2004.

mesmo para quem conta com o apoio da segunda maior rede de tevê e de uma poderosa igreja sempre pronta a ajudá-lo, disposta a transformar seus templos em (quase) comitês eleitorais e seus pastores em cabos eleitorais.

Não faltam exemplos de instrumentalização eleitoral da igreja¹¹. Reportagem da *Folha de S. Paulo*, de 4 de outubro de 2004, flagrou “cabos eleitorais pegando materiais de campanha de Crivella em templos da Universal”. Como efeito de tais práticas, após denúncia ajuizada pelo Ministério Público, o Tribunal Regional Eleitoral multou a Igreja Universal em R\$ 15.961,50 e o bispo Guaracy dos Santos, em R\$ 5.320,50, por fazer propaganda eleitoral irregular para Crivella.

Durante a campanha para a prefeitura carioca, matéria do jornal *O Globo* denunciou Crivella por omitir em sua declaração de bens à Justiça Eleitoral a informação de que possuía sociedade em duas emissoras de tevê da Rede Record¹². Sob risco de ter a candidatura impugnada, rebateu as acusações alegando estar desvinculado das emissoras desde 1999, quando as teria vendido, faltando apenas a atualização da informação cadastral pelo “Ministério das Comunicações”¹³.

O candidato do PL encarou um total de 16 reportagens do jornal *O Globo*, entre elas a que registrava omissões na declaração de seu patrimônio à Justiça Eleitoral e outra que denunciava o uso de laranjas na compra da TV Record do Rio, como “infâmias contra a sua honra” e “manipulação eleitoral” para prejudicar sua candidatura. Em entrevista coletiva na sede do PL, em Benfica, afirmou: “Venho sofrendo calado uma impiedosa campanha de mentiras e ofensas contra minha honra e até fraude por parte do jornal *O Globo*”¹⁴. Depois de ter quatro pedidos de direito de resposta contra o jornal negados pela Justiça Eleitoral, Crivella, entre outras medidas, anunciou que pediria ao Ministério Público Eleitoral para investigar *O Globo* por crime de manipulação, abuso do poder econômico e uso indevido de meio de comunicação¹⁵. Por sua vez, o jornal defendeu-se, afirmando que as matérias publicadas basearam-se em investigações do Ministério Público Federal e em dados da Receita Federal, do Ministério das Comunica-

¹¹ Sobre o ativismo político da Igreja Universal, ver Oro (2003a; 2003b).

¹² O artigo 38 da lei 4.117/62 proíbe parlamentares de exercerem função de diretor ou gerente de emissoras de rádio e tevê.

¹³ http://www.sulradio.com.br/destaque_senador_crivella.htm. Acessado em 16 de junho de 2009.

¹⁴ *O Globo*, 24 de agosto de 2004.

¹⁵ *Idem*.

ções, de juntas comerciais municipais e da Justiça Eleitoral¹⁶.

A eleição de 2004 marcou a ruptura da aliança entre Crivella/Universal e Garotinho. Após migrar para o PMDB, o ex-governador optou por apoiar o candidato de seu partido, Luiz Paulo Conde. Descontente, o líder da Igreja Universal revidou. Em entrevista à *Folha Universal*, Edir Macedo atacou o “governo da família Garotinho”, criticando os “problemas de segurança pública e o desamparo dos pobres no Rio de Janeiro”¹⁷. A decisão de Garotinho e Rosinha de apoiar Conde, cujo vice já era o pastor Manoel Ferreira (PP), líder da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil (CONAMAD), colaborou para ampliar a divisão do eleitorado evangélico, prejudicando assim, pelo menos parcialmente, a votação em Crivella.

No final de setembro, surgiu outro problema na campanha: um juiz eleitoral determinou a suspensão do programa “Coisas da Vida”, exibido pela Record e pela CNT, por fazer propaganda subliminar de Crivella à prefeitura carioca e, assim, ferir o artigo 45 da lei 9504/97, que proíbe empresas de comunicação de veicular propaganda política, difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido e coligação ou de lhes dar tratamento privilegiado. No dia seguinte, em 1 de outubro, o mesmo juiz determinou que a TV Record fosse tirada do ar por 24 horas por reincidir em desobediência à lei eleitoral, resultante da “propaganda ostensiva” a Crivella efetuada pelo bispo Clodomir dos Santos, que convocara os telespectadores para o evento “Rio ao pé da cruz”, no qual seriam distribuídas cópias do salmo 22, “o salmo da vitória”, durante o dia da votação do primeiro turno. Detalhe: 22 era justamente o número eleitoral do partido de Crivella¹⁸. Durante o evento realizado em cultos no Templo Maior da igreja, em Del Castilho, Clodomir reclamou de ter sido “impedido pela lei de distribuir o salmo” e de que “nem na ditadura acontecia isso”, ameaçando: “amanhã eles vão ver”¹⁹.

E viram. Viram que Crivella terminou a eleição em segundo lugar, com 21,83% dos votos válidos (625.237), seguido por Conde em terceiro lugar, sendo ambos superados por Cesar Maia (PFL), que ganhou logo no primeiro turno.

2006: A CANDIDATURA DE CRIVELLA AO GOVERNO DO

¹⁶ <http://www.abrilnet.com.br/servi/notabril/imprimir.asp?noticia=41577&data=24082004>. Acessado em 15 de junho de 2009.

¹⁷ *Folha de S. Paulo*, 20 de julho de 2004.

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 2 de outubro de 2004.

¹⁹ *Folha de S. Paulo*, 1 de outubro de 2004.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em 2006, Crivella candidatou-se ao governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido criado por dirigentes e integrantes da Igreja Universal, registrado oficialmente somente em março no Tribunal Superior Eleitoral e dotado de estatuto clonado do PL²⁰. Líder regional do então caçula dos partidos brasileiros, o bispo licenciado teve como principais adversários Sérgio Cabral Filho (PMDB), que venceu as eleições, e Denise Frossard (PPS). Crivella terminou o pleito eleitoral novamente sem conseguir alcançar o segundo turno, em terceiro lugar, com 18,53% dos votos válidos.

Nessa campanha, contou com o apoio do presidente Lula, que, na disputa pela reeleição, optou por estreitar a aliança eleitoral com o PRB e o bispo da Universal e por colocar em segundo plano o candidato petista Vladimir Palmeira. Entre outras manifestações de apoio, Lula esteve no palanque de Crivella em 11 de agosto, onde discursou: “Fico imaginando quando Deus criou o mundo e ele pensou: ‘Essa vai ser a cidade mais bonita do mundo’. Mas para o Rio compensar a genialidade de Deus, é preciso escolher alguém que tenha compromisso com Deus para poder voltar a fazer do Rio um Estado mais bem administrado”. E emendou: “cada um de vocês tem de sair daqui com o compromisso de até o dia 30 de setembro pedir voto para o Crivella”²¹. A imagem de Lula foi usada por Crivella como um dos principais trunfos de sua campanha no horário eleitoral gratuito.

Durante sabatina realizada em agosto na sede do jornal *Folha de S. Paulo*, Crivella, como se repetisse um antigo mantra, declarou-se vítima novamente de “preconceito religioso” e do estigma de misturar política e religião. Em sua defesa, afirmou, sem explicar a ambiguidade de sua asserção: “Quero o Estado laico, mas quero politizar os evangélicos”. Em seguida, condenou as propostas de ampliação do direito do aborto e de união civil de pessoas de mesmo sexo, advogando que “o Estado deve proteger a relação homem e mulher”, em consonância com a tradicionalista moralidade sexual pentecostal²².

Com a campanha a pleno vapor no horário eleitoral, a Comissão Parla-

²⁰ Em setembro de 2007, o PRB foi acusado de receber doação de R\$ 1,51 milhões de empreiteiras com grandes contratos com a Igreja Universal, conforme *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 2007.

²¹ *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 2006.

²² *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto de 2006.

mentar Mista de Inquérito das Sanguessugas recomendou, no final de agosto, a cassação de 72 parlamentares, entre os quais 27 evangélicos, incluindo 14 dos 16 deputados federais da Igreja Universal, por envolvimento na “máfia das ambulâncias”, responsável por fraudes e superfaturamento na licitação de ambulâncias destinadas a prefeituras. Por sua magnitude e pelo estardalhaço que provocou na mídia e na opinião pública, as denúncias explodiram como uma bomba de fragmentação na campanha eleitoral dos candidatos da Universal ao legislativo, rebentando estilhaços para todos os lados. Pela indissociabilidade de suas identidades religiosa e política, a candidatura de Crivella ao executivo, por certo, sofreu parte dos efeitos nefastos provocados pela CPMI sobre a reputação dos parlamentares da Universal e, por tabela, sobre a própria denominação.

A CPMI bateu ainda o último prego no caixão político e religioso do ex-bispo Carlos Rodrigues, que durante anos exerceu a função de coordenador político da Igreja Universal. Rodrigues perdeu o cargo de bispo em fevereiro de 2004, após ser acusado de envolvimento no escândalo dos bingos; renunciou ao mandato de deputado federal em outubro de 2005 para evitar a cassação pela acusação de participar do mensalão; por fim, denunciado por corrupção, fraude e formação de quadrilha por sua atuação na máfia das ambulâncias, foi preso pela Polícia Federal logo no início da divulgação das denúncias, em maio de 2006.

Como se não bastasse o devastador impacto negativo do escândalo das sanguessugas sobre a Universal e suas lideranças políticas, Crivella deu azo para os ataques do principal adversário religioso de sua igreja, ao afirmar, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 23 de setembro: “A Igreja Católica é a elite. Hoje quem lida com os pobres são os evangélicos”. A reação da cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi contundente. Em resposta, Dom Odilo Pedro Scherer, secretário-geral da CNBB, após assegurar a relação de proximidade entre a Igreja Católica e a população carente, atacou: “Não se deve instrumentalizar a religião em função da política. Já passou o tempo das teocracias. Até porque uma teocracia não seria oportuna em um Estado pluralista. A política não deve ficar a serviço da religião, nem a religião a serviço da política”²³. E em complemento, Dom Dimas Lara Barbosa, bispo auxiliar do Rio, considerou “lamentável” que as eleições no Rio estivessem sendo “condu-

²³ <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2004/interna/0,,OI390123-EI4043,00.html>. Acessado em 10 de setembro de 2009.

zidas na direção de uma briga entre religiões”²⁴.

Uma semana depois, crentes na elevada probabilidade de seu candidato avançar para o segundo turno, pastores e bispos da Universal, tal como nas eleições anteriores, apoiaram-no até o último instante. Durante culto na Catedral Mundial da Fé realizado no dia da eleição do primeiro turno, em 1 de outubro, bispo Romualdo Panceiro, segundo matéria da *Folha de S. Paulo*, “ignorou a lei eleitoral que proíbe propaganda política em templos religiosos e pediu voto dos fiéis para Crivella e para os candidatos a deputado ligados à igreja”²⁵. Antes de assumir a posição de cabo eleitoral, Panceiro tomou o cuidado de pedir para suspender a transmissão do culto ao vivo pela rádio. Em seguida, asseverou que Crivella era o melhor candidato à prefeitura e rejeitou o voto ao candidato do PMDB, Sérgio Cabral Filho, acusando-o de representar a “continuação da Rosinha”²⁶.

2008: A SEGUNDA CANDIDATURA DE CRIVELLA À PREFEITURA CARIOCA

Depois de perder duas eleições consecutivas e de reconhecer que, nas campanhas anteriores, “era um novato isolado e menos preparado”, Crivella começou a corrida eleitoral para a prefeitura carioca disparado em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais²⁷. No final de março, segundo o Datafolha, ocupava a liderança com 20% das intenções de voto, seguido, em escala descendente, por Jandira Feghali (PC do B), Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Gabeira (PV). Contudo, tinha o maior índice de rejeição (28%) de todos os candidatos, rejeição que se ampliaria ao longo da campanha²⁸. Para agravar o problema, ainda em março, Crivella despertou a militância de grupos homossexuais e feministas contra sua candidatura, ao declarar que Gabeira “defende aborto, homem com homem e maconha”²⁹. Durante a campanha, seus cabos eleitorais bateram intensamente nesta tecla moral, sobretudo junto ao eleitorado evangélico, para desancar a candidatura de Gabeira.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Folha de S. Paulo*, 2 de outubro de 2006.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Folha de S. Paulo*, 17 de março de 2008.

²⁸ http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2008/2008_index.php. Acessado em 8 de julho de 2008.

²⁹ *Folha de S. Paulo*, 22 de março de 2008.

Na tentativa de instrumentalizar politicamente a tevê da Igreja Universal e seus astros, no final de abril, sua assessoria convidou a imprensa para “cobrir um evento de apoio ao senador”, numa churrascaria, que contaria com a presença de “mais de 20 artistas” da Rede Record³⁰. O uso eleitoral da Record tinha como efeito tornar menos convincentes suas desesperadas tentativas de dissociar sua atuação política de sua confissão religiosa e de sua liderança eclesiástica.

Em junho, estourou grave incidente num projeto social de sua autoria, projeto que pretendia tornar vitrine de sua campanha eleitoral. No dia 14, três jovens do Morro da Providência foram entregues por militares do Exército a traficantes rivais do Morro da Mincira, que os assassinaram. Os militares faziam a segurança das obras do projeto “Cimento Social”, proposto pelo senador e adotado pelo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Com a repercussão do incidente, a Justiça Federal determinou a retirada das tropas do Exército do local, solicitadas por Crivella (e liberadas pelo Governo Federal) para proteger os trabalhadores das obras de reforma de 782 casas do Morro da Providência. Órgãos de imprensa, adversários políticos e o Tribunal Regional Eleitoral acusaram-no de usar o projeto Cimento Social com fins eleitoreiros e de empregar indevidamente o Exército para tal propósito³¹. Um juiz do TRE chegou a embargar as obras, alegando que constituíam “um slogan da campanha do senador Marcelo Crivella”³². Baseando-se em documento reservado do Exército, reportagens da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, denunciaram ainda um assessor de Crivella de ter negociado com traficantes do Morro da Providência uma política de não-agressão durante a ocupação da favela por militares para a consecução das obras³³. Em nota à imprensa, Crivella, referindo-se apenas à reportagem da Globo, rejeitou como falsas as acusações.

O entrevero entre o senador e a Globo não parou aí. Em 21 de junho, matéria do jornal *O Globo* revelou que o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro estava investigando irregularidades num convênio entre a prefeitura de São Gonçalo e a ONG Sorria Meu Rio, fundada por Crivella para prestar serviço odon-

³⁰ *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 2008.

³¹ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/28/materia.2008-06-28.2274752742/view>. Acessado em 5 de maio de 2009.

³² <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/35309/juiz-que-paralisou-obras-em-morro-disse-que-projeto-era-slogan-de-crivella> Acessado em 20 de agosto de 2009.

³³ *Folha de S. Paulo*, 19 de junho de 2008.

tológico gratuito. O senador emitiu nota para negar as acusações, alegando que as questões contábeis apontadas na reportagem deveriam ser esclarecidas pela referida prefeitura. Poucos dias depois, em 27 de junho, emitiu nova nota à imprensa declarando ser falsa a informação, publicada em *O Globo*, de que ele teria feito, fora do período eleitoral, propaganda na revista *Roteiro do Poder*, por meio do informe publicitário intitulado “*Governo Federal executa no Rio o PAC das Favelas criado pelo Senador Marcelo Crivella*”; e contra-atacou: “O povo do Rio de Janeiro acompanha estarecido, mais uma vez, uma campanha de mentiras por parte das Organizações Globo, que, isolada de toda a imprensa do Rio de Janeiro, procura denegrir minha candidatura. Já não é de agora!”³⁴.

Em 26 de junho, sofreu duro golpe em seu intento de conquistar a prefeitura, ao perder o apoio do PTB para Eduardo Paes, do PMDB. Com isso, sua coligação partidária ficou reduzida aos nanicos PR, PSDC, PRTB e PRB. Dois dias depois, durante convenção do PRB, Crivella oficializou sua candidatura sob o slogan “*Vamos Arrumar o Rio*” e prometeu travar uma “batalha sem tréguas em terreno minado, com fibra de gladiador”. Na ocasião, José Alencar, o presidente da República em exercício, classificou-o de “grande homem”, defendeu-o como alvo de “injustiças” e assumiu que interveio politicamente para viabilizar o projeto Cimento Social, que supostamente beneficiaria seu correligionário de partido³⁵.

Logo em seguida, receberia nova saraivada de golpes. Em 3 de julho, o prefeito César Maia denunciou o PRB de burlar a legislação eleitoral, dado que seu site teria sido realizado por uma agência de criação de sites vinculada à Gráfica Universal, de propriedade de sua denominação³⁶. A infração da lei 9.504/97, que veda a doação de serviços e recursos de igrejas para partidos e candidatos políticos, poderia resultar na cassação do registro do PRB. No dia seguinte, o PRB emitiu “nota à imprensa e à sociedade brasileira” negando as irregularidades apontadas. Dois dias depois, porém, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que a Gráfica Universal Ltda confeccionou o material de campanha de Crivella nas eleições de 2006 para o governo do Estado do Rio, comprovando a existência de uma antiga relação financeira entre partido/candidato e igreja e munindo a investigação da Justiça Eleito-

³⁴ http://www.guiame.com.br/7429_1452_Senador_Marcelo_Crivella_Nota_imprensa_.html. Acessado em 1 de maio de 2009.

³⁵ *Folha de S. Paulo*, 29 de junho de 2008.

³⁶ *Folha de S. Paulo*, 4 de julho de 2008.

ral contra o PRB, solicitada pelo DEM³⁷.

Apesar da avalanche de problemas enfrentados até então, no início de julho Crivella ainda liderava pesquisa de intenção de voto do Datafolha, com 26%, contra 17% de Jandira Feghali (PC do B), 9% de Eduardo Paes (PMDB) e 7% de Fernando Gabeira (PV). Porém, era rejeitado por 29% dos eleitores, taxa muito superior a de seus principais adversários³⁸. Daí em diante, Crivella redobrou esforços para reduzir a rejeição e a oposição à sua candidatura e para ampliar seu teto eleitoral. Para tanto, tentou dissociar sua imagem política da Igreja Universal e aplacar os temores sobre eventual concessão de privilégios aos evangélicos e possível discriminação aos católicos e a seus opositores políticos em seu governo.

A oposição à sua candidatura, porém, só fez aumentar. Entre seus adversários mais notórios constavam seus rivais políticos imediatos, órgãos de imprensa, grupos feministas, homossexuais e religiosos e blogs. O cerne das acusações e resistências à sua candidatura repousava sobre a convergência de suas identidades religiosa e política. Acusavam-no, entre outras coisas, de fazer parte de uma seita intolerante³⁹, de ser homofóbico, de instrumentalizar eleitoralmente seu rebanho religioso, de pretender transformar o Estado em veículo de pregação religiosa e, por isso, de ferir a laicidade do Estado brasileiro.

Diante de tal oposição, de tamanha rejeição eleitoral e do despreço de boa parte da imprensa carioca à sua candidatura, em seu primeiro dia de campanha, 6 de julho, Crivella lançou a “Carta ao Povo do Rio” visando “derubar o preconceito”, sob orientação expressa do marqueteiro político Duda Mendonça, que reeditava estratégia adotada na campanha eleitoral de Lula em 2002, quando lançara a “Carta ao Povo Brasileiro”. Durante entrevista coletiva à imprensa, acompanhado da mãe, da esposa e dos filhos e ao som do *jingle* “Crivella lá”, divulgou a carta, na qual reiterou que não era candidato de uma instituição religiosa, garantiu que iria assegurar as liberdades religiosa e de expressão, prometeu que seu governo não teria representantes de sua igreja, declarou que reprimiria qualquer manifestação homofóbica e que não patrulharia o Carnaval. Enfático, pontificou: “Não serei de forma alguma o prefeito

³⁷ *Folha de S. Paulo*, 6 de julho de 2008.

³⁸ *Idem*.

³⁹ Solange Amaral, candidata do DEM à prefeitura do Rio, acusou a Universal de “seita que tem intolerância religiosa” e declarou: “não é saudável, ali está tudo misturado: política, meios de comunicação e religião”. *O Globo*, 4 de junho de 2008.

de uma instituição religiosa”; “Nunca pedi voto na igreja, o candidato é o senador, não o pastor”; “A base de meu governo será o respeito à diversidade”. Como credencial política, realçou sua “grande amizade” com Lula⁴⁰.

O apelo foi em vão. Pois, em 25 de julho, pesquisa do Datafolha revelou que, embora seguisse na liderança, caíra de 26% para 24% na preferência do eleitorado e seu índice de rejeição subira de 29% para 31%. Para tentar minimizar a rejeição das elites cariocas, no fim de julho, Crivella participou de um jantar com 200 pessoas no apartamento de uma *socialite*, organizado pela *promoter* Georgiana Guinle, ocasião em que novamente reclamou do “vendaval de infâmia, calúnia e injúria” da mídia⁴¹.

Em novo *round* de pugilato entre Crivella e Globo, o candidato do PRB divulgou nova nota à imprensa em 3 de agosto para denunciar que as Organizações Globo estavam tentando prejudicar sua candidatura. Segue, abaixo, trecho da nota.

Venho denunciar mais uma vez as tentativas das Organizações Globo de prejudicar minha candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro. O que os move, na verdade, é a perda de audiência da TV Globo para a Record, o SBT, a Bandeirantes, para a internet. O Brasil todo sabe disso. Essa guerra por audiência, que no fim das contas é uma guerra por dinheiro, faz com que a Globo me veja como seu adversário, o que não é verdade. No primeiro dia de campanha, ao divulgar a Carta ao Povo do Rio de Janeiro, tentei deixar claro que sou candidato a prefeito de todos os cariocas. Tinha a esperança de que as Organizações Globo daria à minha candidatura o mesmo tratamento destinado aos meus adversários, o que não aconteceu. Na semana passada, o jornal O Globo tentou de todas as formas me imputar responsabilidades sobre fatos com os quais jamais compactuei ao denunciar que os candidatos Claudinho da Merendiba, Claudinho da Academia e o vereador Luiz André Deco, que buscam a reeleição e pertencem a partidos da coligação ‘Vamos arrumar o Rio’, teriam ligação com bandos criminosos e possuíam extensa ficha criminal. Essas acusações são absolutamente falsas⁴².

Desde o princípio do horário eleitoral gratuito em 19 de agosto, Crivella procurou despir sua propaganda na tevê de qualquer referência à Igreja Universal e, durante toda a campanha, dissociar sua atuação na política de seu papel religioso como bispo, afirmando: “Não vou misturar política com religião. Vou ser prefeito de todas as crenças, de todas as religiões”. O tom enfático com que procurava assegurar que sua administração não discriminaria os cidadãos

⁴⁰ *Folha de S. Paulo*, 7 de julho de 2008.

⁴¹ *Folha de S. Paulo*, 1 de agosto de 2008.

⁴² <http://www.sidneyrezende.com/noticia/16042>. Acessado em 5 de julho de 2009.

cariocas, nem governaria de forma sectária apenas com e para os evangélicos, decorria não somente das acusações e dos temores derivados de sua estreita relação com a Universal, mas, em certa medida, também das fortes impressões negativas deixadas em parte do eleitorado do Rio de Janeiro pelos governos Garotinho e Rosinha. Protagonista de controvérsias e escândalos variados, o casal Garotinho, conhecido no Estado pela politização e instrumentalização de sua identidade evangélica, chegou a ser condenado a ficar inelegível por três anos pela Justiça Eleitoral. Para muitos, um eventual governo Crivella poderia produzir um repeteco dos desastrosos governos Garotinho e Rosinha.

Para melhorar sua imagem e diminuir sua rejeição, investiu alto, contratando o publicitário Duda Mendonça para realizar sua campanha eleitoral. Em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, disse que a contratação visava diminuir o preconceito e a discriminação que sofria e assegurou que era o candidato do “coração do Lula”⁴³. Explorou sua proximidade e identificação com Lula também no horário eleitoral, seguido logo por José Alencar, que declarou: “Crivella é o candidato do coração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Rio de Janeiro”. Em disputa pelo apoio eleitoral do presidente, o candidato petista Alessandro Molon replicou: “Quem conhece bem o coração do Lula é a dona Marisa e não o vice-presidente da República”⁴⁴.

Sua propaganda em rádio e tevê, porém, não obteve sucesso, uma vez que despencou para 20% após o início do horário eleitoral, enquanto Eduardo Paes, concorrendo com o apoio do governador Sérgio Cabral e dispondo do maior tempo na tevê, subiu para 17%, segundo pesquisa do Datafolha. A queda de Crivella decorria da oposição à sua candidatura, mas também do fato de que, dentre os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas, detinha o menor tempo na tevê, apenas 1min55s em cada um dos dois blocos diários⁴⁵. Além de perder quatro pontos percentuais na preferência dos eleitores na referida pesquisa, seu índice de rejeição, em vez de baixar, elevou-se para 35%, colocando em risco suas chances de disputar o segundo turno. Sintomaticamente, sua rejeição era maior entre os mais escolarizados (58%), os com maior renda familiar (55%), os kardecistas (52%) e os católicos (44%). Em contraste, seu melhor desempenho ocorria entre os que tinham apenas ensino fundamental e renda familiar até dois salários mínimos, perfil social majoritário nos meios pentecostais.

⁴³ *Folha de S. Paulo*, 22 de agosto de 2008.

⁴⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u436733.shtml>. Acessado em 5 de julho de 2009.

⁴⁵ *Folha de S. Paulo*, 2 de agosto de 2008.

Enquanto Crivella procurava sobrepor sua atuação política à sua identidade confessional, seus adversários, em contraste, peregrinavam em busca de apoio eleitoral de lideranças religiosas. O petista Alessandro Molon, chamado por alguns de “coroinha do PT” pelo hábito de frequentar paróquias da cidade, foi recebido pelo Arcebispo D. Eusébio Scheid, em agosto. Antes dele, Eduardo Paes pedira bênçãos a dom Eusébio e a dom Eugenio Sales, arcebispo emérito do Rio, e conseguira o apoio do presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, pastor e deputado federal Manoel Ferreira (PTB), o que contribuiu, ao menos em parte, para dividir mais ainda o voto evangélico na capital. Como forma de aplainar as arestas com os dirigentes católicos, de diminuir suas resistências à sua candidatura e de mostrar abertura para o diálogo com outros grupos religiosos, até Crivella reuniu-se, em julho, com dom Eugenio, com quem falou a respeito “das dúvidas que pairam sobre mim por ser evangélico”⁴⁶.

Para cativar e mobilizar os eleitores evangélicos e, ao mesmo tempo, reduzir o preconceito religioso existente contra ele, em 21 de setembro Crivella, chegando de surpresa, participou da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, realizada em Copacabana com a presença de cerca de 10 mil pessoas, durante a qual repetiu seu mantra, declarando-se vítima de intolerância religiosa: “Minha rejeição como político vem da intolerância de pessoas que não aceitam que eu seja evangélico”⁴⁷. Presentes na Caminhada, que exigia o fim da discriminação e da violência contra, especialmente, as religiões de matriz africana, os candidatos Fernando Gabeira (PV) e Jandira Feghali (PC do B) aproveitaram o ensejo para criticá-lo. Gabeira atacou: “É bom que ele tenha vindo, mas é importante que a religião que ele professa pare de demonizar as outras”. Feghali admoestou: “O gestor pode ter a sua religião, mas isso não pode ser a marca de sua gestão. O Estado é laico”⁴⁸.

Em nova rodada de pesquisa, em 7 de setembro o Datafolha revelou que Eduardo Paes havia subido para 25% das intenções de voto, passando Crivella com 21%, Feghali com 12% e Gabeira com 8%. Liderando entre os mais pobres e menos escolarizados, Crivella tinha a preferência de 47% dos pentecostais e 40% dos protestantes, mas era escolhido somente por 7% dos

⁴⁶ <http://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/rio-de-janeiro/2008/08/19/ult6022u69.jhtm>. _Acessado em 5 de julho de 2009.

⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, 22 de setembro de 2008.

⁴⁸ *Idem*.

eleitores com nível universitário e com renda superior a R\$ 4.150⁴⁹.

Quase um mês depois, faltando três dias antes da votação no primeiro turno, em 2 de outubro Eduardo Paes alcançou 33% das intenções de voto, enquanto Crivella manteve os 21% e Gabeira saltou para surpreendentes 19%, segundo o Datafolha. Além da temível ascensão de Gabeira, Crivella viu a rejeição à sua candidatura avançar ainda mais e atingir o pico de 38%⁵⁰. Estratificada por religião, a pesquisa demonstrava uma enorme divisão religiosa do eleitorado carioca: Crivella tinha 45% dos votos dos pentecostais e 36% dos protestantes, mas somente 8% dos católicos, 6% dos umbandistas e 3% dos espíritas.⁵¹ A tais problemas somavam-se o tempo escasso no horário eleitoral em rádio e tevê, o parco apoio partidário, a arrecadação de menos recursos financeiros do que seus adversários, a baixíssima penetração no eleitorado de classe média e, como principal fonte de suas limitações eleitorais, a constante e aguerrida oposição de setores da sociedade carioca à sua candidatura, motivada especialmente por ser ele um bispo, mesmo que licenciado, da polêmica Igreja Universal.

Eduardo Paes venceu o primeiro turno, ocorrido em 5 de outubro. Crivella perdeu a acirrada disputa para Gabeira (25,61%) pelo segundo lugar. A meteórica ascensão de Gabeira na reta final foi impulsionada, em parte, pelo voto útil do eleitorado de maior renda e escolaridade para impedir Crivella de chegar ao governo do Rio de Janeiro. Desse modo, o bispo ficou em terceiro lugar com 19,06% dos votos, fazendo com que sua performance eleitoral em 2008 fosse inferior à das eleições de 2004 para a prefeitura, quando alcançou o segundo lugar com 21,83% dos votos.

Fora do segundo turno, após consultar a direção nacional do PRB e aguardar a decisão do presidente Lula, enviou carta de apoio a Eduardo Paes em 14 de outubro, na qual admitiu estar abalado com a derrota e declarou que seu “inesperado revés eleitoral” fora “motivado em grande parte por ações ilegítimas de setores da imprensa e de institutos de pesquisas”⁵².

Em reação à derrota de seu candidato, lideranças da Igreja Universal partiram para o ataque, acusando a Rede Globo de favorecer Gabeira em prejuízo de Crivella. A *Folha Universal* estampou manchete com a legenda em letras garrafais “ELEIÇÕES 2008: Família Marinho em Campanha”; e, em 8

⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, 7 de setembro de 2008.

⁵⁰ http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=739. Acessado em 5 de julho de 2009.

⁵¹ *Folha de S. Paulo*, 3 de outubro de 2008.

⁵² <http://jbonline.terra.com.br/extra/2008/10/14/c141023652.html>. Acessado em 12 de julho de 2009.

de outubro, a Rede Record atacou a Rede Globo no programa *Fala que eu te escuto*, denunciando casos de manipulação política e eleitoral por parte das Organizações Globo⁵³. Atacaram igualmente o Datafolha, acusando-o de manipular os dados de suas pesquisas entre 5 de julho e 4 de outubro. Para tanto, recorreram à entrevista da diretora de atendimento e planejamento do Ibope Inteligência concedida a órgãos de imprensa, para a qual o Datafolha teria criado uma “onda que ajudou Gabeira”, ao alterar sua amostra e enriquecer o eleitor carioca em cerca de 10%. Com a divulgação das pesquisas do Datafolha – cujo diretor celebrou o fato de ser o único instituto a detectar o crescimento do candidato do PV na reta final –, mais eleitores (de classe média e, sobretudo, de Jandira Feghali) teriam migrado para Gabeira e prejudicado, inclusive, a pesquisa do Ibope de boca de urna⁵⁴.

Com a saída de Crivella do páreo, seus eleitores evangélicos tenderam a votar em maior proporção no candidato Eduardo Paes do que em Gabeira, cuja candidatura desde o início enfrentou resistências desses religiosos em função de suas posições políticas favoráveis, por exemplo, à liberalização do aborto e à união civil de homossexuais. Panfletos distribuídos em igrejas evangélicas e atribuídos à vereadora Liliam Sá (PR), que apoiava Eduardo Paes, acusaram Gabeira de ser autor de projetos que ferem princípios “morais e cristãos” e receitam a “regulamentação da prostituição” e “cancela o crime de exploração sexual”⁵⁵. Apesar disso, Gabeira, como todo candidato político brasileiro a cargos majoritários, recorreu aos evangélicos em busca de apoio eleitoral. Em 22 de outubro, recebeu o minguido apoio de cerca de 40 pastores das igrejas Reina, Assembleia de Deus, Batista e Presbiteriana, para os quais pediu orações em prol de sua candidatura⁵⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas campanhas de 2002 a 2008, revelou-se ineficiente o marketing eleitoral de Crivella para dissociar sua atividade política de sua atuação religiosa e, por meio disso, defender-se de um sem-número de acusações. Seus

⁵³ <http://www.overbo.com.br/portal/2008/10/10/8586>. Acessado em 10 de julho de 2008.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *O Globo*, 19 de outubro de 2008.

⁵⁶ <http://noticias.gospelmais.com.br/fernando-gabeira-recebe-apoio-de-pastores-evangelicos-em-evento-no-rio.html>. Acessado em 7 de agosto de 2009.

insistentes esforços para desvincular o político do religioso sucumbiram diante da forte aversão existente contra sua igreja e da eficiente campanha de seus adversários políticos e midiáticos para identificá-lo como bispo da Universal. Tal repulsa à igreja decorre, entre outros fatores, da demonização que ela promove contra os cultos afro-brasileiros, de suas manifestações homofóbicas, dos diversos escândalos que protagonizou, das acusações de exploração financeira dos fiéis, das frequentes denúncias do Ministério Público, da Receita e da Polícia Federal contra suas lideranças, de seus conflitos com a Igreja Católica, da acirrada concorrência com as Organizações Globo. A forte oposição que a Igreja Universal enfrenta não decorre, portanto, tão-somente de mero preconceito, ou de opinião apriorística imponderada, como alega Crivella. O fato é que a Universal formou, em parte por sua responsabilidade, múltiplos inimigos e adversários ao longo do tempo. E, por essa e outras razões, goza de má reputação junto à opinião pública. Por isso, tende a atrapalhar a performance eleitoral de seus candidatos a eleições majoritárias disputadas em dois turnos, pela rejeição que tende a transferir a eles, decorrente do diligente auxílio de seus adversários políticos e midiáticos. Por certo, isso não constitui empecilho suficiente para impedi-los de chegar ao segundo turno, mas diminui sua probabilidade de vencer o pleito final, já que limita seu teto eleitoral.

Uma vez que a identificação religiosa com a Igreja Universal tende a ser deletéria para seus candidatos a cargos majoritários disputados em dois turnos, torna-se perfeitamente compreensível a disposição de Crivella, durante as campanhas eleitorais, para tentar desvencilhar-se dela, relegá-la a um plano secundário, ou tratá-la simplesmente como uma opção pessoal restrita à intimidade ou à vida privada. Como complemento lógico disso, resulta o denodado empenho em alçar sua atividade política para o primeiro plano de suas intervenções como agente público, na tentativa de isolá-la inteiramente de sua denominação religiosa e de sua função de liderança eclesiástica. Deriva daí também sua enérgica disposição a garantir que exerce (e exercerá) seus papéis políticos com o máximo de isenção, portando-se sempre acima de motivações religiosas e sectarismos confessionais. O fato é que, a cada eleição, vem à tona seu dilema shakespeariano: ser ou não ser bispo? E, drama maior, como ganhar as eleições para prefeito e governador do Rio sendo bispo da Igreja Universal? Em certos momentos dos pleitos que disputou, Crivella chegou à beira do desespero (eleitoral) para tentar livrar-se da “pecha” de bispo e comprovar sua total autonomia política em relação à Universal. E de nada adiantou. Mais

eficientes, seus adversários conseguiram estigmatizar sua identificação com a igreja e demonizá-lo para boa parte do eleitorado.

Seu insucesso em evidenciar sua autonomia política da Universal deriva igualmente de sua própria atuação política, a começar por seu vínculo partidário com o PRB, partido criado por membros e representantes da igreja. Decorre da campanha eleitoral realizada pela Universal e por sua mídia para favorecê-lo, bem como dos ataques desferidos por seus dirigentes eclesiásticos contra os adversários políticos e midiáticos de Crivella. Decorre do embaralhamento de seus papéis político e religioso nas campanhas eleitorais e no desempenho da atividade parlamentar. No corpo-a-corpo da campanha de 2004 à prefeitura do Rio, por exemplo, Crivella distribuiu bênçãos, autografou bíblias; nos comícios, fez orações, usou adesivo com a inscrição “Jesus vive”; seus cabos eleitorais distribuíram adesivos aos eleitores com os dizeres “Deus é fiel”, “Ore por mim”, “Jesus te ama”⁵⁷. Assim, como dissociar o bispo da Universal do candidato a prefeito? Aparentemente, esse deslize, ocorrido quando ocupava o posto de senador da República havia dois anos, não se repetiu nas campanhas seguintes, tanto pela adoção de nova estratégia eleitoral como por ser proibido pela Justiça Eleitoral.

No Senado Federal, apesar de atuar em várias comissões e de se envolver em uma série de questões políticas sem quaisquer vínculos com temas religiosos, Crivella desincumbe-se também da tarefa de representar demandas, interesses e valores dos evangélicos. É autor, por exemplo, do Projeto de Lei n. 376/2007, que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus, por meio do qual aproximou-se do controverso casal Estevam e Sônia Hernandes, que lidera a Renascer em Cristo e organiza a gigantesca Marcha para Jesus na capital paulista e que, anos atrás, foi preso nos Estados Unidos. Na cerimônia de sanção presidencial do referido projeto, em 3 de setembro de 2009, Crivella participou de uma oração coletiva e pública, efetuada juntamente com outras lideranças evangélicas, pela saúde da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que, na condição de pré-candidata à presidência da República, tomou parte no evento para aproximar-se do eleitorado evangélico. Propôs também o polêmico Projeto de Lei n. 65/2005, que estende benefícios da Lei Rouanet para os templos religiosos, isto é, prevê o “fornecimento de recursos” públicos para eles. A aprovação do projeto na Comissão de Educação do Senado, em 19 de abril de 2007, gerou enorme oposição de órgãos de imprensa, do Ministério

⁵⁷ http://crivellanao.blogspot.com/2004_07_01_archive.html. Acessado em 15 de outubro de 2009.

da Cultura, de produtores, cineastas, artistas, escritores, além de um abaixo-assinado com 25 mil assinaturas. A *Folha de S. Paulo*, em editorial, considerou a proposta “escandalosa”, pois “a um só tempo, ela conspurca o caráter laico do Estado brasileiro (art. 19 da Constituição), atenta contra a lógica econômica (igrejas já gozam de imunidade tributária) e fere o princípio da moralidade da administração pública, pois seu ator é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, podendo, em princípio, beneficiar-se com a medida”⁵⁸.

Nos três últimos anos, sua representação política com viés religioso evidenciou-se também em sua militância contra os projetos de interesse dos homossexuais. Em troca da concessão de apoio eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 para o governo do Estado do Rio, Crivella conseguiu com que o senador Sérgio Cabral Filho, eleito governador, retirasse da pauta do Senado seu projeto que propunha a união civil entre pessoas de mesmo sexo⁵⁹. No ano seguinte, com a aprovação da chamada “Lei da Homofobia” na Câmara dos Deputados e seu subsequente encaminhamento ao Senado, Crivella destacou-se como seu principal oponente. Em 3 de novembro de 2007, quando o projeto tramitava na Comissão de Direitos Humanos, publicou um duro manifesto de oposição, em seu site no Senado, intitulado “homossexualismo”, no qual qualificou a lei de “esdrúxula”, acusou-a de criar uma “ditadura gay” no país e de atentar contra as liberdades religiosa e de expressão, enfatizou que “a Bíblia ensina que o homem que se deita com outro homem, como se mulher fosse, comete abominação”, e conclamou os evangélicos a “ir às ruas” para derrubá-la no Supremo Tribunal Federal, caso ela fosse aprovada no Senado e sancionada pelo presidente⁶⁰. O episódio revela sua militância evangélica no parlamento. Para nossos propósitos imediatos, cumpre destacar que ele assinou o manifesto como “senador, engenheiro civil e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus”. No exercício de sua função parlamentar, identificou-se como senador e como bispo. Fora do período e do embate da campanha eleitoral, não se deu ao cuidado estratégico de fazer a fatídica disjunção entre a atuação parlamentar e o ativismo religioso. E mesmo que o fizesse, no caso em questão, de pouco adiantaria. Por fim, durante a tramitação do projeto da Lei da Homofobia, Crivella conseguiu adiar sua votação na Comissão de Direitos

⁵⁸ *Folha de S. Paulo*, 16 de junho de 2007.

⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, 7 de outubro de 2006.

⁶⁰ <http://www.senado.gov.br/web/senador/marcelocrivella/artigos/homossexualismo.htm>. Acessado em 6 julho de 2008.

Humanos e, em seguida, liderou um grupo de pastores para tentar costurar um acordo com a relatora da referida comissão, senadora Fátima Cleide (PT/RO), visando convencê-la a revê-lo e modificá-lo e, assim, impedir a criminalização da discriminação contra homossexuais por sua orientação sexual e as penalidades previstas pela lei a seus infratores⁶¹.

Diante do exposto, não é possível, portanto, dissociar o senador e político do bispo neopentecostal. Por diferentes razões, suas identidades religiosa e política confluem, de imediato. Do ponto de vista eleitoral, o problema principal dessa identificação parece ser a robusta oposição social e política existente contra a Igreja Universal e suas elevadas pretensões políticas.

Deixando de lado a problemática identificação com a Universal e sua repercussão na representação política e na performance eleitoral de Crivella, chama a atenção o fato de que as críticas e acusações de muitos de seus adversários e oponentes políticos recaem sobre o que consideram uma espúria manipulação eleitoral da religião e do rebanho evangélico. Acusam-no de misturar religião e política. Isto é, atacam-no tanto por instrumentalizar eleitoralmente sua religião quanto por promover a ocupação religiosa da esfera pública. Contra tais práticas tidas como nefastas para a vida política e para o Estado, pregam a laicidade estatal. Nas críticas, atêm-se fundamentalmente à formalidade constitucional e às prescrições da Justiça Eleitoral. Assim procedendo, de certa forma, fantasiam a laicidade estatal brasileira. E o fazem porque omitem as diversas modalidades da presença religiosa na esfera pública (GIUMBELLI, 2008) e porque obliteram fragorosamente tanto os tradicionais como os atuais e polêmicos vínculos existentes entre o Estado brasileiro e grupos religiosos e entre religião e política no país (BURITY, 2001). Vínculos antigos e que têm sido constantemente refeitos entre a cúpula da Igreja Católica e os sucessivos governantes de plantão, com exceção daqueles do período mais repressivo da última ditadura militar. Vínculos que, desde a Constituinte, vêm sendo entrecidos crescentemente entre grupos evangélicos e candidatos, partidos e governantes de todas as colorações ideológicas (PIERUCCI, 1989; BAPTISTA, 2007).

O fato é que, a cada nova eleição no Brasil, a maioria dos candidatos a cargos legislativos e executivos, incluindo os que concorrem à presidência da República, pedem, barganham, disputam e reclamam o apoio eleitoral das lideranças pentecostais (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Muitos governantes, por

⁶¹ <http://holofote.net/2007/10/29/crivella-leva-pastores-a-brasilia-hoje-contraprojeto-de-lei-que-pode-ameacar-a-liberdade-religiosa-no-brasil/>. Acessado em 6 de julho de 2008.

sua vez, cobram dos parlamentares pentecostais apoio político a seus mandatos, apoio que procuram angariar em troca da oferta de concessões a eles e a suas denominações. Tais práticas têm por efeito incrementar e naturalizar a participação, a influência e o poder desses religiosos no plano político-partidário. Por isso, a desprivatização política desse movimento religioso, ocorrida a partir dos anos 80, não decorre somente do vigoroso empenho de muitos líderes pentecostais para transformar seu rebanho religioso num rebanho eleitoral e ampliar sua representação política, visando dilatar sua influência na esfera pública e defender seus interesses institucionais, suas crenças, suas práticas e seus valores morais. Decorre também da incansável disposição de candidatos, partidos e governantes não-evangélicos, movidos por interesses políticos os mais diversos, de enredá-los nos pleitos eleitorais e no jogo político-partidário.

Resulta disso que soa à pura hipocrisia, ou a oportunismo político, a defesa discursiva da laicidade estatal por muitos desses políticos. Quando proferidas em nome do Estado laico, são quase risíveis diversas de suas denúncias e críticas para desancar as candidaturas de Crivella e de outros religiosos políticos. E são tragicômicas as tentativas do bispo/senador de disjuntar, atabalhoadamente e de forma nada convincente, suas identidades religiosa e política, movido sempre por propósitos e aflições eleitorais. No campo político-partidário brasileiro, o princípio da laicidade estatal tem, efetivamente, poucos adeptos e defensores. O ativismo político dos pentecostais e o aprofundamento do envolvimento desses religiosos com a política partidária, os poderes públicos e os governantes tendem a reforçar a presença e a influência do religioso na esfera pública. Por isso, não é mais possível pensar a democracia brasileira sem levar em consideração tal envolvimento e suas implicações para os direitos de cidadania e para as próprias liberdades e instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais*. A presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional. São Bernardo do Campo, UEMESP, Doutorado em Ciências da Religião, 2007.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, PUC-SP, n. 4, 2001, p. 27-45.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: Modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro. Vol. 28, n.2, 2008, p. 80-101.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais e Religião*, Vol. 6, n.6, Porto Alegre, 2004, p. 31-49.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, 1992, p. 92-106.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal do Reino de Deus e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, 2003a, pp. 54-69.

_____. Igreja Universal: um poder político. In: CORTEN, André. DOZON, Jean-Pierre, ORO, Ari Pedro. *Igreja Universal do Reino de Deus: Os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003b.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje, 1989*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989, p.104-132.

Recebido e aprovado em 20/12/2009